

## **REUNIÃO**

### **ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**

17 Janeiro 2023

## **Índice**

**1. A APROCES - Breve apresentação institucional**

**2. A IMPORTÂNCIA DE PROMOVER COMPETÊNCIAS ECONÓMICAS E DEMOCRÁTICAS, NOS 12 ANOS DE ESCOLARIDADE E NA FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA**

2.1 – Literacia económica (financeira)

2.2 – Literacia democrática

2.3 - A literacia económica (financeira) e democrática ao longo da vida

**3. A AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR NÃO ASSEGUROU AS NECESSÁRIAS COMPETÊNCIAS ECONÓMICAS (FINANCEIRAS) E DEMOCRÁTICAS**

3.1. - Algumas das alterações introduzidas

3.2 - A Cidadania e Desenvolvimento

3.3 – A abordagem de temáticas económicas e democráticas pelas aprendizagens essenciais de Matemática do ensino secundário

**CONCLUINDO**

## 1. A APROCES – Breve apresentação institucional

A APROCES - Associação de Professores de Ciências Económico-Sociais, criada a 24 de outubro de 1988, com sede em Lisboa, é uma associação, sem fins lucrativos, representativa dos Professores ligados ao ensino das Ciências Económicas e Sociais, abrangendo professores do ensino superior e do ensino secundário, neste último caso, do grupo grupo 430 (com a designação de “Economia e Contabilidade”).

A APROCES é a única associação científico pedagógica que abarca um domínio tão alargado, como é o das ciências sociais - Economia, Direito, Sociologia, Ciência Política, Contabilidade e Gestão (em todas as suas vertentes – Marketing, Turismo, Logística, Comércio, Distribuição, etc), concretizado em diversas disciplinas do ensino regular, ensino profissional e ensino noturno.

A APROCES é a única entidade a nível nacional que proporciona formação contínua específica para os docentes do grupo de recrutamento 430 – Economia e Contabilidade, que releva para a avaliação dos professores na componente científico pedagógica.

A formação é assegurada pelo CENTRO DE FORMAÇÃO da APROCES, acreditado desde julho de 2019 pelo CCPFC, que proporciona anualmente a formação contínua a várias centenas de professores.

A APROCES, para além do seu relacionamento com os seus associados e as diversas entidades ligadas ao sistema de ensino, privilegia a divulgação de toda a sua atividade na página Web, ([www.aproces.org](http://www.aproces.org)), no Facebook ([www.facebook.com/APROCESaproces/](https://www.facebook.com/APROCESaproces/)) e pode ser contactada para o correio eletrónico [direcao@aproces.org](mailto:direcao@aproces.org).

## **2. A IMPORTÂNCIA DE PROMOVER COMPETÊNCIAS ECONÓMICAS E DEMOCRÁTICAS, NOS 12 ANOS DE ESCOLARIDADE E NA FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA**

### **2.1 Literacia económica (financeira)**

A literacia económica e financeira está ligada à capacidade de ler, analisar e gerir. Inclui também a capacidade de decidir entre escolhas financeiras, planejar o futuro e responder de forma competente às situações do dia-a-dia que envolvem decisões económicas e financeiras.

No nosso país, à semelhança do que acontece com outros países da União Europeia e/ou da OCDE, a Educação Económica e Financeira deveria ser assumida como educação ao longo da vida, iniciando-se junto de crianças e jovens em idade escolar.

Porém, ao longo dos 12 anos de escolaridade não são proporcionadas essas competências.

Com efeito, os alunos no ensino básico têm contacto com diversas áreas científico-pedagógicas, como as línguas, a matemática, as ciências físico-naturais e uma única ciência social, a História, que proporciona uma visão dos acontecimentos passados. No ensino secundário, também só os alunos que frequentem o curso de Ciências sócio-económicas têm acesso a formação que lhes permite ganharem competências ao nível da literacia económico-financeira.

Em consequência, há competências que são fundamentais no século XXI e que não são proporcionadas ao longo dos 12 anos de escolaridade, apenas com a exceção dos alunos que, no ensino secundário, frequentam o curso de Ciências sócio-económicas.

Deste modo, torna-se urgente e inadiável criar condições que permitam aos alunos portugueses desenvolverem as competências – chave a nível da literacia económica (e financeira) que lhes permitam adquirir os “mapas de leitura” fundamentais para a análise e crítica da realidade económica que os rodeia no mundo globalizado, contribuindo para o desenvolvimento do país, mas também para uma sociedade mais justa, nunca esquecendo que o mais importante são as pessoas.

A APROCES considera que esta realidade tem de ser repensada e gostaria de ver a Comissão de Educação e Ciência e os grupos parlamentares abordarem este tema.

## **2.2 Literacia democrática**

A escola deve promover e proporcionar competências necessárias para a vida em sociedade e a interiorização da importância da vida em comunidade.

Ora, as ciências sociais são o instrumento mais adequado à preparação dos alunos para um mundo global em que o combate às desigualdades é uma urgência e pressupõe uma consciência do “eu” face ao “outro” no uso dos recursos com equidade.

Conhecer criticamente as instituições democráticas e compreender a importância de as reforçar, numa perspetiva da democracia participativa, é o contributo inestimável que as ciências sociais dão na formação dos alunos.

Verifica-se que os alunos, ao terminarem o 12.º ano de escolaridade, apresentam poucas competências a nível da literacia democrática, porque não tiveram no seu percurso académico acesso a (in)formação que lhes permita exercer uma cidadania mais consciente, melhor informada, para fazerem escolhas de cidadania (também eleitorais) e participarem da vida pública.

Com muita regularidade assistimos, até em reportagens feitas pelas televisões, a jovens com o 12º ano, ou a frequentarem o ensino universitário, que não sabem em que consiste a Constituição da República Portuguesa e qual a sua importância; que não identificam os órgãos de soberania nem conhecem as suas funções; que até votam, mas desconhecem o sistema eleitoral. Exemplo disso é assumirem, com convicção, que em Portugal se vota para o Governo e que se elege o Primeiro Ministro, porque não sabem interpretar de forma crítica as campanhas eleitorais.

A APROCES considera, assim, ser necessário dotar os nossos alunos até ao 12º ano de escolaridade com competências para o exercício de uma cidadania plena, assente na ética, na solidariedade, na justiça social e na dignidade da pessoa humana, ou seja, numa sociedade com liberdade para viver e responsabilidade para conviver. Uma cidadania com respeito pelos princípios e valores democráticos.

É perante esta urgência de dotar os alunos portugueses de competências para viverem na sociedade atual e futura que a escola assume um papel fundamental.

Razões porque a APROCES considera que a ponderação das ciências sociais nos currículos deve ser repensada e gostaria de ver a Comissão de Educação e Ciência e os grupos parlamentares tratarem este tema.

### **2.3 - A literacia económica (financeira) e democrática ao longo da vida**

Considerando-se a educação uma pedra angular da vida em sociedade, e reconhecendo alguns autores que ela ocorre durante toda a vida do indivíduo, a educação pode, assim, ser pensada como um dos aspetos mais importantes da condição e da cognição humana.

A Educação de Adultos (AE) hoje (trans)mutada em Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), em contexto escolar ou outro, mostra-se cada vez mais necessária para a adaptação às mudanças que a transição digital já está a obrigar. Se para todos é importante a formação ALV, para os adultos pouco escolarizados é fundamental. Estamos em crer que é condição de liberdade e de cidadania.

Não obstante Portugal estar integrado na EU desde 1986 este atraso estrutural na educação e formação dos portugueses persiste e condiciona o desenvolvimento do país, excluindo muitos deles do projeto coletivo, por amputar o seu projeto de vida.

Se esta evidência é pertinente em todas as dimensões da vida humana, ela assume particular importância nas áreas económico-financeira e da vida democrática. Estas áreas foram já identificadas, tanto a nível nacional como na EU, como sendo fundamentais para o combate à exclusão sociaeconómica.

Razões porque a APROCES, também nesta vertente da educação, gostaria de ver a Comissão de Educação e Ciência e os grupos parlamentares debruçar-se sobre este aspeto.

### **3. A AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR NÃO ASSEGUROU AS NECESSÁRIAS COMPETÊNCIAS ECONÓMICAS (FINANCEIRAS) E DEMOCRÁTICAS**

#### **3.1 - Algumas das alterações introduzidas**

Desde logo analisando a estrutura curricular introduzida pelo Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, podemos apontar os seguintes aspetos:

- os alunos no ensino básico têm contacto com as línguas, a matemática, as ciências físico naturais e uma única ciência social, a História que proporciona uma visão dos acontecimentos passados;
- TIC – sem dúvida importante na sociedade atual, cada vez mais digital;
- Existe a disciplina de *Complemento à Educação Artística* – claro que a dimensão artística é importante, mas como o nome diz seria necessário um “Complemento à Educação Artística”?
- os alunos do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do ensino secundário (salvo estes os que optam pelos cursos científico económicos) não têm acesso à aprendizagem de quaisquer conteúdos de natureza económica e financeira (ou seja, têm uma carga letiva total nos 5 anos de 0 minutos/semana);
- introdução da Cidadania e Desenvolvimento.

E, depois, analisando em pormenor:

- Os conteúdos disciplinares das Ciências Sociais e Humanas são, ou extensos e repetitivos (em que as Aprendizagens Essenciais não cumprem a sua função e se continua a reclamar falta de horas);
- Inclusão nos programas das disciplinas das Ciências Sociais e Humanas (História e Geografia de Portugal bem como de História e Geografia) de conteúdos programáticos claramente de natureza económica, sem que os referidos docentes tenham formação adequada a uma análise técnica e crítica de conceitos (muitas vezes complexos) da área das Ciências Económicas;
- repetições de conteúdos de certas áreas disciplinares, o caso da História;
- AE's de Matemática secundário.

### 3.2 – A Cidadania e Desenvolvimento

A Disciplina de Cidadania e Desenvolvimento (na maioria das escolas é atribuída aos Diretores de Turma, independentemente da área destes ou, mesmo sequer, da sua apetência para esta nova área disciplinar.

Além de tratarem de questões inerentes à Direção de Turma, abordam-se alguns dos inúmeros e variadíssimos temas.

No ensino secundário a situação agrava-se, pois com a preocupação dos exames nacionais e o facto de, a maioria das escolas não ter consagrado a Cidadania e Desenvolvimento, como disciplina



autónoma, o que se verifica são abordagens, mais ou menos interdisciplinares (que já anteriormente se faziam), em função dos temas que cada disciplina pode abordar.

Que temas são abordados na Cidadania e Desenvolvimento? - ver anexo

Segundo o estudo do Centro de Investigação e Intervenção Social da Avaliação do ISCTE: em que responderam 84,9% das escolas ou AE, o que se pode considerar bastante demonstrativo:

- entre os domínios menos escolhidos – “Literacia Financeira e Educação para o Consumo” – em 2 anos apenas (dos 12 anos de escolaridade);
- entre os mais escolhidos – “Instituições e Participação Democrática” – em 6 dos 12 anos de escolaridade, mas o que não se diz no estudo é que aspetos são abordados.

Segundo as várias sessões de trabalho/debate que a APROCES tem efetuado (com professores de várias zonas do país) os temas que normalmente são abordados aqui são a questão das eleições do delegado de turma e a sua representação.

Também segundo a página da DGE o que se pretende é:

“O Domínio Instituições e Participação Democrática pretende incentivar os alunos a refletir sobre os conceitos de cidadania ativa, democracia representativa e democracia participativa, bem como a incentivá-los a por em prática esses mesmos conceitos. Pretende igualmente proporcionar os meios para que reflitam sobre o lugar de Portugal na Europa e no Mundo e sobre o seu papel na construção de uma comunidade europeia.” (o sublinhado é nosso).

### **3.3 – A abordagem de temáticas económicas e democráticas pelas aprendizagens essenciais de Matemática do ensino secundário**

As AE's de Matemática do ensino secundário, homologadas pelo recente Despacho n.º 702/2023, de 13 de janeiro, constituem uma tentativa de interligar temas das Ciências Sociais e Económicas com o desempenho matemático dos alunos, subalternizando os conceitos daquelas áreas ao raciocínio matemático.

Nas AE's de Matemática elencam-se, entre outros, os seguintes temas:

1. "Eleições e Partilha" e "Literacia Financeira" na disciplina de Matemática A 10.º ano;
2. "Matemática para a Cidadania" - "Teoria Matemática das eleições"; "Teoria da partilha"; "Impostos" na disciplina de Matemática B (10.º ano);
3. Na disciplina de Matemática dos cursos profissionais - "Matemática para a Cidadania" - "Teoria matemática das eleições"; "Teoria da partilha" e "Impostos", assim como, nos módulos opcionais:
  - a) "OP14 – Matemática financeira e fiscal (Descontos, Taxas de IVA, Impostos, Meios de pagamento, Juros, Poupança, Empréstimos e amortizações, Índices de preços do consumidor (IPC) e Inflação”;
  - b) "OP 15 – Matemática comercial (Gastos e rendimentos, Pagamentos e recebimentos, Faturação, Inventário, Crédito e dívida e Taxas de amortização)”;
  - c) "OP 16 – Matemática laboral (Moeda e taxa de câmbio, Rendimentos e despesas pessoais, Retribuições e contribuições nos contratos laborais e Promoções e saldos)”;
4. "Métodos de apoio à decisão" e "Modelos matemáticos - modelos financeiros" – na disciplina de Matemática Aplicada às Ciências Sociais.

A abordagem pela Matemática destes temas estruturantes surge, assim, de forma totalmente descontextualizada, sem que os respetivos conhecimentos científicos estejam apropriados pelos alunos. O que promovem as AE's é, relativamente a estas temáticas, uma aprendizagem inconsistente e superficial de matérias que são determinantes na formação integral do aluno e da sua cidadania.

A título de mero exemplo, e tendo por base alguns dos aspetos das AE's de Matemática, questionamos:

- Será possível fazerem-se cálculos de taxas de juro sem compreender o que é uma taxa e, no caso dos juros, por que razão são eles devidos?
- Bastará fazer cálculos eleitorais, determinar o salário real e nominal, etc. sem os enquadrar na realidade social e analisar as suas concretizações e efeitos?

- Será possível abordar a problemática dos “riscos financeiros” (no dizer destas AE’s ) de uma forma intuitiva e informal?
- Será que é possível entender-se o que é o "bem-estar financeiro dos indivíduos e da sociedade" apenas através de cálculos matemáticos?
- Fará sentido comparar resultados eleitorais sem compreender a composição dos diversos órgãos de soberania? Ou mesmo sem conhecer os diferentes níveis/órgãos do poder político?

Na verdade, as AE’s de Matemática do ensino secundário pretendem tão simplesmente que os alunos façam “contas” em cima de conhecimentos científicos das áreas económica e política, conhecimentos esses que os alunos não dispõem ao longo dos 12 anos de escolaridade.

Trata-se de uma abordagem utilitária/intuitiva e informal de conhecimentos económicos (financeiros) e democráticos.

É perante esta preocupante visão redutora da realidade económica e política, que promoverá uma aprendizagem inconsistente e superficial por parte parte dos alunos, que a APROCES gostaria que os senhores deputados se debruçassem.

## **CONCLUINDO**

A APROCES considera que a função da escola pública é permitir que os alunos possam desenvolver a participação pública/política, económica e social.

Assim, consideramos que é importante a escola tornar-se mais atrativa e, em sintonia com as novas gerações, incorporar a sociedade do conhecimento na formação de uma cidadania democrática, que abarque todas as dimensões da nossa vida coletiva.

De acordo com o documento “Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória” (p. 10) pretende-se que o jovem seja, também, *“um cidadão:*

1. *munido de múltiplas literacias que lhe permitam analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas no seu dia a dia;*
2. *livre, autónomo, responsável e consciente de si próprio e do mundo que o rodeia;*
3. *capaz de lidar com a mudança e com a incerteza num mundo em rápida transformação;*
4. *que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta”.*

A escola tem, assim, um contributo determinante para que os alunos sejam cidadãos conscientes e ativos, com competências necessárias para a vida em sociedade, preparados para enfrentarem os desafios do século XXI. O que só é possível se estiverem munidos de “*múltiplas literacias*”, incluindo as literacias económica e democrática.